

p2
6m. 3 JAN 1992

Por uma política de rendas

ESTADO DE SÃO PAULO

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

A necessidade de uma política negociada de rendas, que envolva governo, Congresso, empresários e trabalhadores, mostra-se cada vez mais premente para amenizar o custo da estabilização.



O ligeiro recuo observado nos indicadores de inflação das últimas semanas, se representa um alento de curtíssimo prazo na reversão de expectativas, também preocupa pelo custo que representa, tendo em vista os efeitos da política em vigor representando o desaquecimento geral de atividades, punindo as empresas, o nível de empregos e os salários. A continuidade desta política poderá até representar algum resultado na inflação, mas o problema são os efeitos colaterais. A questão é que todos desejam a estabilização, mas esperam estar vivos para vivenciá-la.

É absolutamente insustentável, técnica e politicamente no longo prazo, a manutenção dos juros elevados e o consequente efeito recessivo. A recessão, além das consequências sobre o mercado, já comentadas, também atua fortemente sobre a receita do Estado (que tem despesas fixas), dificultando o ajuste fiscal. Igualmente, juros elevados representam um ônus considerável para o Tesouro, na medida das necessidades de financiamento do setor público.

A experiência recente da economia brasileira também nos mostra que as distorções nela presentes, como a baixa

competitividade, a distribuição desigual da renda e as diferenças regionais, entre muitas outras, tendem a anular ou pelo menos reduzir o efeito das políticas ortodoxas de combate à inflação.

Isso porque, do ponto de vista do consumo, existe sempre uma parcela de consumidores que justamente possuem maior poder de compra, so-

frem menos os efeitos da estabilização, em detrimento de uma imensa maioria representada pelas camadas mais pobres. Do ponto de vista do mercado, a baixa competitividade dá um poder de formação de preços aos segmentos oligopolizados ou aos diferenciados por produto (concorrência monopolista), que tendem a ser imunes ao ajuste. A combina-

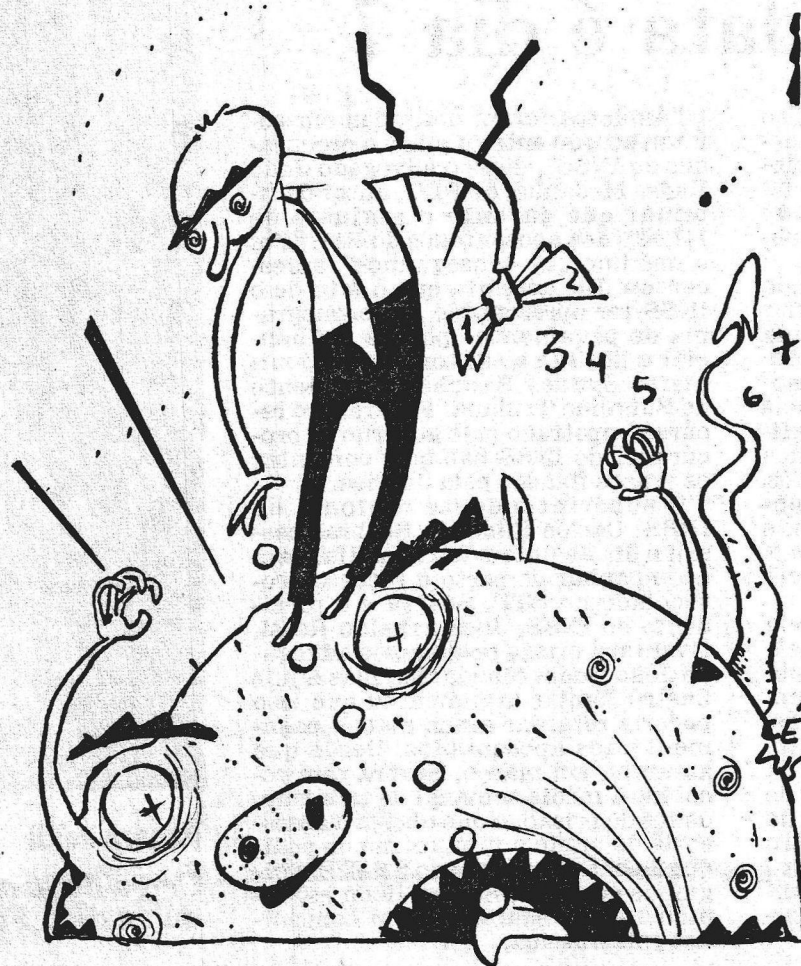
ção destes dois fatores, mercado consumidor estagnado e fornecedor com poder de formação de preços, tende a tornar inócua, em termos substanciais, a política ortodoxa, a despeito dos seus efeitos perversos para a maior parte das empresas e da população.

Essas distorções estruturais da nossa economia, aliadas à situação conjuntural de curto prazo, formam um conjunto de fatores em que a inflação é um dos resultados, materializando essas distorções.

Além disso, se analisarmos a vocação natural do País para trilhar o caminho do desenvolvimento, dada a nossa diversificação industrial (ainda que pouco competitiva), a sofisticação do nosso mercado financeiro e a abundância de recursos naturais, é pouco lógico manter a recessão como alternativa da estabilização.

A viabilização de uma política coordenada de rendas envolvendo preços, salários, tarifas públicas, assim como indiretamente os juros e a questão tributária, se apresenta no momento como uma necessidade. Ela pode amenizar os efeitos recessivos da estabilização, na medida em que permitiria certa folga no aperto fiscal e monetário (consequentemente dos juros), assim como tende a diminuir o conflito distributivo presente em nossa sociedade.

Finalmente, a política de rendas permitiria abreviar os resultados da estabilização, dinamizando a parte complementar do ajuste, que justamente significaria objetivo básico: as condições para a retomada do desenvolvimento.



■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, professor da FEA-PUCSP, é diretor-técnico da Ordem dos Economistas (SP).